

MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais

Marcos Leandro Mondardo

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

José Roberto Nunes de Azevedo

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: joserobertocosmos@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em analisar os conflitos e contradições na expansão territorial do agronegócio globalizado em MATOPIBA, considerada a mais nova fronteira agrícola do Brasil. Para isso, realizou-se um levantamento de documentos sobre MATOPIBA em veículos de informação, como por exemplo, órgãos governamentais e não governamentais, e entidades ligadas a movimentos sociais. A coleta foi realizada com o descritor MATOPIBA, no período de 2017 a 2018, e selecionou 201 documentos. A categorização foi realizada por meio de análise de conteúdo, com a criação de dois eixos temáticos: Eixo 1: A expansão do agronegócio. Eixo 2: Conflitos e resistências de populações tradicionais. Verifica-se que por um lado, o agronegócio encontra em MATOPIBA as condições ambientais e sociais para a expansão territorial do capital em sua fase neoliberal, com a articulação de lógicas de produção/acumulação de multinacionais até os fundos de pensão que investem e vigoram no mercado global de terras e, por outro lado, as populações tradicionais lutam contra a violência, os assassinatos, e a espoliação de seus recursos. Apesar da pressão sobre vários territórios tradicionais, bem como das violações dos direitos humanos, vários grupos vem enfrentando a lógica excludente do agronegócio.

Palavras-Chave: MATOPIBA; território; resistências; populações tradicionais; cerrado.

MATOPIBA: from the domain of land and water abuse to the territories of resistance of the traditional populations

Abstract

The objective of this article is to analyze the conflicts and contradictions in the territorial expansion of agribusiness globalized in MATOPIBA, considered the newest agricultural frontier in Brazil. For this, a survey of documents on MATOPIBA was carried out in information vehicles, such as governmental and non-governmental bodies, and entities linked to social movements. The collection was performed with the descriptor MATOPIBA, from 2017 to 2018, and selected 201 documents. The categorization was carried out through content analysis, with the creation of two thematic axes: Axis 1: The expansion of agribusiness. Axis 2: Conflicts and resistances of traditional populations. On the one hand, agribusiness finds in MATOPIBA the environmental and social conditions for the territorial expansion of capital in its neoliberal phase, with the articulation of logics of production/accumulation of multinationals to the pension funds that invest and and, on the other hand, traditional populations struggle against violence, killings, and the depletion of their resources. Despite the pressure on several traditional territories, as well as human rights violations, various groups are facing the exclusionary logic of agribusiness.

Keywords: MATOPIBA; territory; resistances; traditional populations; cerrado.

MATOPIBA: del dominio de la tierra y abuso del agua a los territorios de resistencias de las poblaciones tradicionales

Resumen

El objetivo de este artículo consiste en analizar los conflictos y contradicciones en la expansión territorial del agronegocio globalizado en MATOPIBA, considerada la más nueva frontera agrícola de Brasil. Para ello, se realizó un levantamiento de documentos sobre MATOPIBA en vehículos de información, como por ejemplo, organismos gubernamentales y no gubernamentales, y entidades vinculadas a movimientos sociales. La recolección fue realizada con el descriptor MATOPIBA, en el período de 2017 a 2018, y seleccionó 201 documentos. La categorización fue realizada por medio de análisis de contenido, con la creación de dos ejes temáticos: Eje 1: La expansión del agronegocio. Eje 2: Conflictos y resistencias de poblaciones tradicionales. Se observa que, por un lado, el agronegocio encuentra en MATOPIBA las condiciones ambientales y sociales para la expansión territorial del capital en su fase neoliberal, con la articulación de lógicas de producción/acumulación de multinacionales hasta los fondos de pensiones que invierten el mercado global de tierras y, por otro lado, las poblaciones tradicionales luchan contra la violencia, los asesinatos, y la explotación de sus recursos. A pesar de la presión sobre varios territorios tradicionales, así como de las violaciones de los derechos humanos, varios grupos vienen enfrentando la lógica excluyente del agronegocio.

Palabras clave: MATOPIBA; territorio; resistencia; poblaciones tradicionales; cerrado.

Introdução

A “destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de ‘segunda natureza’ – a natureza remodelada pela ação humana” (HARVEY, 2011, p. 151). A geografia da acumulação do capital e da destruição criativa da terra faz parte do processo de expansão do agronegócio sobre áreas de Cerrado brasileiro, a exemplo daquela que recentemente foi regionalizada: a MATOPIBA. Esta região é considerada, hoje, a mais nova fronteira agrícola nacional, o novo “celeiro de produção de grãos”, e compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Se por um lado, essa área responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras, do outro, é responsável pelo encadeamento de conflitos violentos fundiários, ambientais, identitários, dentre outros.

No Brasil, a difusão pela grande mídia do *slogan* publicitário o “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, demonstra o discurso desenvolvimentista e modernizador do agronegócio que entra nos lares e ratifica repetidamente a importância deste modelo econômico que se quer fazer único para o país. Trata-se de um mecanismo de fortalecimento de uma imagem positiva do agronegócio e do setor ruralista para a sociedade brasileira. O que esse discurso quer esconder e mascarar é a propriedade privada na forma de latifúndio, a concentração de terras, a desterritorialização/precarização das populações tradicionais povos e comunidades

tradicionais (LIFSCHITZ, 2011), de/em seus territórios, o envenenamento de alimentos, a exploração de trabalho e a ocorrência, a exemplo da região MATOPIBA, das flagrantes e manifestas ocorrências de trabalho análogo ao de escravo em pleno início de século XXI. Por isso, o agronegócio é tóxico e não é popular como o discurso anuncia.

A MATOPIBA embora não abranja a totalidade dos 4 estados, habitados por aproximadamente 25 milhões de pessoas, engloba, conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), uma área de 73.173.485 hectares, distribuídos por 337 municípios e 31 microrregiões, sendo 15 delas no Maranhão, 8 em Tocantins, 4 no Piauí e 4 na Bahia. Essa região não é homogênea, nem econômica, social e “espacialmente”. A MATOPIBA apresenta desigualdades socioespaciais uma vez que, segundo a EMBRAPA, das 31 microrregiões, 13 delas concentram mais de 76% do valor total da produção, considerando-se um total de 74 produtos.

Neste espaço regional, alguns municípios se destacam com relação às discrepâncias, tais como: Barreiras, Santa Maria da Vitória, Imperatriz, Gerais de Balsas, Bom Jesus da Lapa, entre outros. Como ressalta Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017, p.18) é “possível que a principal manifestação do novo impulso seja a maior concentração na geração de renda em alguns municípios e o conseqüente aumento da desigualdade no interior da região”. Partimos dessa premissa para analisar a expansão do agronegócio tendo como foco o descompasso entre o crescimento econômico aviltante em alguns municípios ou sub-regiões, de um lado, e a desigualdade social alarmante das populações tradicionais, do outro. Segundo o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (2017) a agropecuária brasileira responde individualmente por $\frac{1}{4}$ do Produto Interno Bruto do país. Conforme informações do órgão para 2017/2018 o Plano Agrícola e Pecuário destinou R\$ 200 bilhões para financiar a agricultura.

Nesse contexto, e de acordo com o geógrafo Cresswell (2013, p. 59, [tradução nossa]), “cada região é única e distinta” e “denota uma área de tamanho indeterminado que é, ela mesma, parte de um todo maior, mas inclui unidades menores dentro dela” e compreende uma escala. Por isso, as regiões são “aquelas áreas que foram designadas como tais através de formas de governo e regulamentos”. Nesta pesquisa, os conceitos geográficos assumem sentidos no contexto pelas dimensões políticas, econômicas, sociais em que ocorrem os fenômenos.

Destacamos, nesse sentido, a Geografia enquanto ciência que tem como foco compreender o espaço geográfico, e partimos do pressuposto que a “acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 1985), se dinamiza em constantes (re)arranjos dos objetos e ações no uso do território (SANTOS, 1996). Por isso, vemos o território e o seu uso, por meio de objetos e ações que coloca a fluidez (material e virtual) a serviço da competitividade, que rege hoje as relações econômicas. Cada vez mais os objetos técnicos facilitam a fluidez, e as ações

humanas tornam-se mais ações informadas e normatizadas. O território encontra novos recortes e funcionamentos através de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades são os “domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”. No entanto, “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche” (SANTOS, 1995, p. 15-16).

Em MATOPIBA é necessário entender, além das relações econômicas que produzem objetos e ações hegemônicas e atribuem novas funções ao espaço, as ações locais de resistência das populações tradicionais. Haesbaert (2014) afirma que nos últimos tempos a problemática do território se tornou uma questão central no contexto brasileiro-latino-americano devido à luta pela terra. Em uma leitura não dualista, o geógrafo afirma que se desdobram pelo menos dois grandes “paradigmas” ou abordagens das questões territoriais: 1) capitaneado sobretudo pelas grandes empresas (com o frequente apoio do Estado); 2) contra-hegemônico, liderado pelos grupos subalternos, a exemplo das populações tradicionais, indígenas e quilombolas.

O território será visto nesta pesquisa pela dinâmica espaçotemporal contraditória do agronegócio, de um lado, pela ação das grandes empresas (com o frequente apoio do Estado) para o domínio das terras e exploração das águas como recursos da lógica global de acumulação do capital, e do outro, dos conflitos, contradições e resistências das populações tradicionais na luta pelo território como abrigo, meio e como recurso indispensável (terra, água, vegetação) para o seu modo de vida e reprodução social.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa consistiu em uma caracterização de análise documental de notícias, artigos, notas técnicas e relatórios, de *sites*, *blog*, órgãos governamentais e não governamentais, e entidades ligadas aos movimentos sociais, analisados à luz da teoria da Geografia Regional (CRESSWELL, 2013), com ênfase no debate sobre território (SANTOS, 1995; HAESBAERT, 2014) e a relação da expansão territorial do agronegócio, pela lógica geográfica do capital via “acumulação por despossessão” (ou espoliação) dos recursos naturais (terra e água) (HARVEY, 2005; 2011). A coleta de dados compreendeu o período de 2017 a 2018 e o procedimento de revisão foi organizado em quatro etapas de análise:

Etapa 1 - Levantamento de notícias, artigos, notas técnicas e relatórios nas bases de dados eletrônicas: EMBRAPA (n=53), Comissão Pastoral da Terra – CPT (n=49), Ministério

da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (n=18), FAO (n=22), FIAN Brasil (n=22), blog Outras Palavras (n=17), site De olho nos ruralistas (n=11) e Fiocruz (n=9).

Etapa 2 – Restrição do período da publicação dos documentos entre 2009 e 2018, considerando a incidência da veiculação de matérias sobre a temática;

Etapa 3 – Seleção de documentos a partir do descritor MATOPIBA;

Etapa 4 – Leitura dos documentos e divisão de acordo com categorias de análise.

Percorrendo a metodologia adotada reuniu-se uma amostra de 201 documentos que compreendem notícias, artigos, notas técnicas e relatórios. A última etapa do delineamento metodológico consistiu em realizar uma categorização do material coletado. Este procedimento respeitou os passos da técnica de análise de conteúdo propostos por Bardin (2008): 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos dados, inferência e interpretação. Assim, foram elencados basicamente dois eixos de análise:

Eixo 1: A expansão do agronegócio no MATOPIBA: neste eixo foram agrupados as notícias, informações e dados relacionados ao avanço do agronegócio nesta região, sobre o processo de domínio, uso e exploração da terra e da água.

Eixo 2: Conflitos e resistências de populações tradicionais em áreas do agronegócio no MATOPIBA: este eixo agrupou as notícias, informações e dados que procuravam identificar os conflitos sobre o domínio da terra e abuso da água na região, com ênfase para as resistências das populações tradicionais.

Eixo 1: A expansão territorial do agronegócio: domínio das terras e abuso das águas

O agronegócio é um sistema produtivo que domina grandes áreas no mundo, especialmente, nas paisagens tropicais onde as condições físicas favorecem ou podem ser melhoradas via base tecnológica – a exemplo, das áreas de Cerrado brasileiro – para a implantação e desenvolvimento desta atividade exploratória. Entendemos que o agronegócio é um conceito e uma prática relacionada à produção econômica e agrícola, vinculado ao mercado de *commodities* (brutas ou de baixa especialização) e *agribusiness*. Esse modelo exploratório envolve dimensões políticas, sociais, territoriais e ideológicas sendo imanente ao seu processo de territorialização, a reprodução de contradições e desigualdades sociais. Ao mesmo tempo em que esse modelo se anuncia como o propulsor de desenvolvimento econômico regional, contraditoriamente reproduz pobreza por meio da exploração da força de trabalho, das terras e de outros recursos naturais, a exemplo das águas, como afirmam Thomaz Júnior (2009), Azevedo (2013) e Mondardo (2011; 2018).

Daí a importância de um conceito híbrido, como o do “agrohidronegócio” (THOMAZ JÚNIOR, 2009), para analisar o movimento do capital, os usos seletivos e especializados de áreas, como a região MATOPIBA, com o encadeamento, nesta forma de produção, do domínio e exploração das terras e da água. Como afirma Elias (2006), a especialização produtiva, neste caso, produz regiões funcionais e homogêneas para o agronegócio.

É necessário esclarecer que o dinamismo do agronegócio está associado ao avanço da moderna agricultura em áreas de fronteira agrícola, sendo tradicionalmente integradas ao modo de produção capitalista, desde a década de 1940, às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste – como analisaram os geógrafos Leo Waibel (1958) e Pierre Monbeig (1984), os quais destacaram a formação de “frentes”, “zonas” ou “franjas” pioneiras – e que a partir das décadas de 1970 têm sido incorporadas a região Norte, como destaque para os estudos de “frentes de expansão” e “zonas pioneiras” do sociólogo José de Souza Martins (1997), e, por último a região Nordeste, a partir da década de 1980, com o estudo precursor, sobre a chegada de migrantes “gaúchos” no Oeste Baiano, do geógrafo Rogério Haesbaert (1995 [1997]).

Assim, o avanço do agronegócio no Brasil e, particularmente, na região MATOPIBA não é recente. Nessa expansão existem conflitos historicamente silenciados com posseiros que, hoje, ganharam a dimensão política e identitária de populações tradicionais. O sentido de colonização que inicialmente expandiu do Nordeste ao Centro-Sul do Brasil não tardou a incorporar novas frentes de expansão. É o que mostra Oliveira (1990), ao retratar no Estado do Maranhão, ainda na década de 1970, do Projeto Integrado de Colonização (PIC), veiculado a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Oliveira (1990) deixa claro que a eminência desse percurso de incorporação territorial remonta à década de 1940 e atingiu uma área de nada menos que 340.000 hectares em Barra do Corda (MA). Segundo o autor “enquanto a sociedade civil brasileira era duramente reprimida pelos governos militares que se sucederam no poder (...) o Araguaia e a Amazônia, de uma maneira geral, foram invadidos pelos grupos econômicos através de projetos agropecuários” (OLIVEIRA, 1990, p.77).

Passados mais de cinquenta anos as pesquisas efetivadas por Oliveira (2010) evidenciam que movimentos de capitais na direção de aquisição de terras não são diferentes daqueles ocorridos no século XX. A lógica do capital tem se reinventado em nome do propalado progresso e estabelecido alianças fundamentais entre Estado, corporações multinacionais e latifundiários que buscam alicerçar estratégias de acumulação.

Ao contrário do que se propaga pela mídia hegemônica com o *slogan* do crescimento econômico “o agro é pop”, esse modelo baseia-se no desmatamento, na grilagem das terras, no uso predatório dos recursos naturais como a água e na expulsão, pela desterritorialização por saque e/ou de despossessão da terra/recurso (HARVEY, 2005; 2011), colocando em xeque o modo de vida das populações tradicionais. Em favor de *commodities* agrícolas brutas

como a soja, algodão e milho, as populações tradicionais, a exemplo, as de Fundo e Fecho de Pasto, no Oeste da Bahia, são expulsas de suas terras ou sofrem pressão em suas áreas de ocupação pelas redes do agronegócio e, alguns até, via proletarização são cooptados pelo processo de produção. Com a modernização e o progresso técnico ocorrem mudanças profundas na dinâmica territorial da fronteira agrícola, pois:

(...) são os processos de modernização que ajudam a explicar a expansão e a reprodução da fronteira. Com a “modernização da agricultura”, a produção da fronteira é parte da expansão da economia globalizada do agronegócio . Com as inovações técnicas e as novas formas de organização e produção no campo, criou-se uma forma avassaladora de reterritorialização na fronteira que se dá por meio de um novo uso do tempo – muito mais acelerado, o tempo veloz da produção agroindustrial – e consequentemente da terra – que é explorada com mais intensidade pelas máquinas modernas (MONDARDO, 2018, p. 56).

Por isso, é importante repensar formas pelas quais o agronegócio tem se apropriado da fronteira agrícola tendo em vista seus “usos e abusos” (SOUZA, 2003). Espaço que é “o lugar da economia, o espaço das relações de produção, de exploração e de extração do excesso de trabalho (espaço de reprodução e de acumulação de capital e de extração da mais-valia no modo de produção capitalista)” (POULANTZAS, 1978, p. 20). Identificamos o papel do Estado em MATOPIBA como gestor territorial que impulsiona o avanço econômico do capitalismo. Estado, nesse caso, associado ao mercado e ao capitalismo neoliberal para garantir a expansão do agronegócio nesta região. É evidente, em grande parte dos documentos analisados de nossa revisão, o compromisso estatal em garantir à classe ruralista o avanço sobre novas áreas e viabilizar a produção agrícola.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-MATOPIBA) do Ministério da Agricultura (2017) o governo vê com bons olhos a expansão do agronegócio no Brasil e em particular deposita confiança na expansão das *commodities* em MATOPIBA. A região foi responsável em 2015 por 12,8% da produção de grãos no país, sendo que “o governo está tendo a chance de acompanhar esse crescimento e promover verdadeiramente o desenvolvimento regional” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2017, p. 1). Entretanto, ao contrário do anunciado pelo Estado, esse propalado crescimento econômico regional não acompanha o desenvolvimento social desta região:

Olhando assim apenas para a atividade econômica pujante, os municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães parecem “territórios de prosperidade” no extremo Oeste da Bahia. Essa aparente riqueza, no entanto, não se traduz em bons indicadores de desenvolvimento social e nem em melhoria das condições de vida da maioria dos seus habitantes. Essa contradição está atrelada a um modelo de crescimento econômico, o agronegócio, que concentra riqueza e terras nas mãos de poucos fazendeiros e empresas que fazem parte desta, no Oeste da Bahia (principalmente os

municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães), no sul Maranhense (Balsas), no sul do Piauí (liderados por Uruçuí e Bom Jesus), e no norte de Tocantins (Araguaína). Para essa nova região da fronteira agrícola moderna a migração de trabalhadores oriundos do Sul e do Nordeste é uma constante, especialmente, para municípios polos do agronegócio (MONDARDO, 2013, p. 93).

Diante dessa desigualdade territorial gerada, a produção em termos de *commodities* brutas como soja, algodão e milho está atrelada a escala interplanetária do capitalismo, que tal como se configura, evidencia a busca incessante do lucro. A escala macro de produção e o valor troca são partes da lógica da acumulação capital. Por um lado, não interessa ao capital que é representado pelos grandes proprietários rurais, pelos grupos econômicos, pelo capital estrangeiro e pelos fundos de pensão envolver-se em negócio de pequena escala na medida em que não favorecem o processo de acumulação; de outro, esse modelo de acumulação do capital no campo não traduz ou se reverte em desenvolvimento social porque é concentrador de terras, renda e riqueza. Avançar sobre novos territórios, como o bioma Cerrado do MATOBIPA, serviu para delimitar a presente porção na possibilidade de multiplicar seus rendimentos ao mesmo tempo em que coloca sobre sua posse a natureza e conseqüentemente seus recursos. A região MATOPIBA, além do Cerrado (90,94%), compreende, ainda, a Floresta Amazônica (7,27%) e a Caatinga (1,64%), segundo o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (GITE) (EMBRAPA, 2018, p. 1). Como destacou Smith (1988, p.175) “a necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo”.

Nessa expansão, se por um lado temos a produção de território do agronegócio subjugada às normas das empresas multinacionais e aos fazendeiros, por meio do meio técnico-científico-informacional, como afirmaram Santos e Silveira (2001); por outro lado essa expansão reproduz desequilíbrios e desigualdades sociais gritantes, com a produção de bolsões de pobreza, territórios precários, face o modelo de “des-envolvimento” adotado. Mondardo (2013), em pesquisa no Oeste Baiano, afirma que se trata da configuração de territórios precários baseados em domínios dotados de investimentos estrangeiros, produção e tecnologia avançada em meio a contextos espaciais extremamente fragilizados socialmente, discrepâncias que ultrapassam a questão econômica e espalham-se por questões sociais veiculadas a qualidade de vida deficitária, desemprego, exploração do trabalho e de recursos (águas, vegetação), e concentração de terras.

Ao expandir-se territorialmente o capital não mede conseqüências socioespaciais. Isto é claro quando passamos nosso olhar sobre a expansão recente do capital no Brasil, em particular, na região onde ocorre uma disputa de gigantes em torno da posse e controle da terra, das águas e do trabalho como espaço de exploração à escala internacional. Como afirmar Porto-Gonçalves (2012), país é dono de uma importante biodiversidade e de um

patrimônio ambiental que, tomada às devidas dimensões, tem inúmeras frentes de exploração econômica, não apenas pelo capital financeiro-agroindustrial, mas ainda pelas sendas do comércio e distribuição de mercadorias, pelo processo de exploração ilegal – como a biopirataria – e por setores do capitalismo mundial altamente lucrativos como: farmacêutico, mineral, dentre outros.

O Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2016), analisou o estado das florestas do mundo e concluiu que o agronegócio gerou pelo menos 70% do desmatamento entre 2000 e 2010. Em outro documento sobre a sustentabilidade da agricultura brasileira, a FAO afirmou que “embora impulsionado principalmente pela produtividade em forte ascensão, o crescimento agrícola também está associado a uma expansão das terras agrícolas, que aumentaram em 34 milhões de hectares entre 1990 e 2012”. (FAO, 2015, p.12).

Bonfim e Vicente (2017) demonstram a brutalidade da destruição ambiental no Oeste Baiano, particularmente, nos municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério e Correntina, onde segundo as pesquisadoras ocorreu o maior desmatamento do Cerradono período compreendido entre 2002 a 2008. Para Santos (2017), no Oeste baiano estão em cursos os seguintes processos ligados à expansão territorial do agronegócio: a) chegada de novos agentes econômicos representativos das atividades modernas; b) uma nova dinâmica do mercado de terras; o c) aumento da população, intensificação das relações campo-cidade, incremento da economia urbana e reestruturação do mercado de trabalho regional.

Nessa territorialização observamos as desigualdades sócioespaciais sendo reproduzido em contextos urbanos, a exemplo de cidades como Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Para Santos (2017) ocorre a: 1) uma modernização excludente e agravamento do círculo vicioso da pobreza urbana; 2) problemas para os povos tradicionais e camponeses da região – perda/expulsão de suas terras, da água e destruição da flora e fauna do Cerrado; 3) erosão do patrimônio genético vegetal e animal do bioma Cerrado; 4) urbanização desigual e segregação social. Desta forma constrói-se um projeto modernizador marcado por contrastes, contradições e conflitos.

Analisar esse processo em andamento de expansão do agronegócio impõe a necessidade de ir além do retrato midiático presente na atualidade e se desprender de uma leitura apressada da realidade que considera apenas aspectos positivos do “agro”. É necessário entender a articulação dos setores agrícolas da soja, da cana-de-açúcar, do complexo celulósico, do mineral, dentre outros, que atentem a pauta agroexportadora de neoextrativismo e reprimarização do Brasil no início do século XXI (GUDYNAS, 2012a; 2012b; 2016).

Devemos perceber os nexos entre os setores produtivos e os grupos capitalizados, as relações entre a exploração do território, o papel do Estado e a produção do espaço a

serviço do capital para a *land grabbing*. No período de globalização perversa (SANTOS, 2000), contraditoriamente são produzidas forças de resistência que lutam por reprodução social baseada nos valores de uso em detrimento dos valores de troca. Se, por um lado, o capitalismo como modo de produção é a forma hegemônica, populações tradicionais constroem formas de sobrevivência na adversidade em defesa de suas terras e recursos.

Em MATOPIBA identifica-se nos documentos analisados a reorganização produtiva do território e a criação de áreas para especializados tipos de *uso*. Destaca-se o Decreto N^o 8.447 de 06 de maio de 2015 que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento de MATOPIBA, bem como criação de comitê gestor. Segundo esse Decreto o Plano de Desenvolvimento Agropecuário de MATOPIBA tem como diretrizes:

- I - desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;
- II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e,
- III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais.

Segundo Barros Júnior (2017, p. 11) ocorre, hoje, a financeirização da terra na medida em que associa a mobilidade do capital à participação do Estado, de tal forma que se consolida um modo de produzir que não respeita a heterogeneidade e sim aposta na consolidação de monocultivos latifundiários exploratórios que esgotam toda possibilidade de diversidade e desenvolvimento social equilibrado. Nesta perspectiva, cabe aos povos do cerrado, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, comunidades tradicionais de Fundo e Fechos de Pasto e aos camponeses a “desintegração econômica e social dos pequenos produtores, seja pela expropriação das terras, e ainda pelos baixos salários e formas degradantes de trabalho que se tem conservadas especialmente na dinâmica de produção agrícola”.

Em relação à MATOPIBA, Souza e Lepera (2017, p.13) ressaltam que a região tem passado por uma “verticalização de ações corporativas no mercado de terras, [que] retrata o processo de deslocamento espacial e setorial de investimento do capital financeiro e agrícola para o mercado de terras”. Segundo os autores, observa-se que uma “significativa quantidade de terras no MATOPIBA está sob o controle de um pequeno grupo de empresas que está estruturando-se financeiramente e organizacionalmente para a obtenção de rendimento econômico a partir das práticas de especulação fundiária” (SOUZA; LEPERA, 2017, p.17). Se em um primeiro momento a região atraiu a participação no mercado de terras pelo baixo preço das mesmas, atualmente tem-se observado sua elevação substancial, tornando-se centro de disputas entre grupos multinacionais e setores de investimentos, como os fundos de pensões,

ligados ao agronegócio. Como já apontou Oliveira (2010) esse processo marcado pela mobilidade do capital não é novo no Brasil, mas que, hoje, incorpora novos sujeitos ao processo de aquisição e concentração de terras.

Na análise dos documentos, merece destaque a ação da BrasilAgro que possui 8 fazendas em MATOPIBA, particularmente localizadas em Bahia, Maranhão e Piauí. Esse grupo configura-se na contemporaneidade como a primeira imobiliária agrícola do país que avança seus domínios além do território nacional, isto porque, tem ampliado sua ação junto ao Paraguai, especialmente em Boquerón, área onde incorporou mais de 141 mil hectares. Em sua especulação em “escala global”, para além das fronteiras nacionais, “do Chaco ao MATOPIBA”, são mais de 15 propriedades sob o controle da empresa que vem obtendo lucros extraordinários com a exploração da terra (BASSI, 2018).

Segundo Bassi (2018) somente na safra 2017/2018 a empresa faturou 54 milhões. Essa atuação demonstra uma nova forma de se explorar a terra baseada em um sistema conhecido como *pool de siembras* que consiste em adquirir terras como ativo financeiro e, a partir disto, um grupo de investidores responsável pela compra passa a produzir *commodities*, tais como: soja, milho, cana-de-açúcar, pastagens, eucalipto, dentre outros, de tal sorte que em seguida vende-se a fazenda em operação e reinicia-se o processo em outra porção de espaço. Trata-se de uma das maneiras mais velozes de valorização e revalorização de terras por meios de negócios na seara do agronegócio globalizado.

Tais elementos corroboram no sentido de demonstrar que a definição e criação de uma franja de exploração institucionalizada pelo Estado e pelo capital não é novidade no Brasil. MATOPIBA passa avoluma hoje profundas transformações e revela a lógica agressiva de um modelo de produção que quer ser hegemônico e totalizante. Transformar a referida área em seleiro do mundo e ambiente empreendedor é buscado a todo custo e demonstra a persistência de um conjunto de agentes econômicos que dominam grandes propriedades rurais, uma rede de negócios, ligados tanto à produção, como a circulação e distribuição de matérias-primas, as quais são escoadas e destinadas a abastecer mercados. Segundo Alves, Souza e Miranda (2015), cujos dados estão amparadas no Censo 2006, dos 250.238 estabelecimentos, 199.801 são pobres, sendo que representam cerca de 80% de todos os estabelecimentos existentes.

Sobre esse cenário, Filho e Filho (2008) havia diagnosticado especialmente no município de Luís Eduardo Magalhães a combinação contraditória do dito progresso com as mazelas socioespaciais marcando pelo avanço do agronegócio que sob a égide de um Estado vinculado a perpetuação da manutenção dos interesses da elite controladora/detentora do poder assiste e direciona as políticas e processos político-econômicos. Para sermos mais precisos: “as estratégias adotadas pelos três governos possuem um caráter economicista o que tende a produzir neste território, além de safras recordes de grãos, acentuadas

desigualdades socioeconômicas” (FILHO; FILHO, 2008, p.14). Segundo o documento Projeção do agronegócio – Brasil 2016/2017 a 2026/2027, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017), a área plantada de grãos nessa região deve expandir-se 15,0% nos próximos 10 anos, o que equivale a 8,4 milhões de hectares.

Entender essa lógica de produção enviesada por enormes somas de capitais e divisas impõe a necessidade de atentarmos para as redes que envolvem. A apropriação territorial e a expansão econômica de atividades produtivas ligadas a soja, por exemplo, estão intimamente relacionadas à possibilidade de exploração de mão-de-obra barata, a existência de equipamentos técnicos como energia, dutovias, ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (FGV, 2009)¹. Compreender essas relações são condições *sine qua non* para uma leitura dessa expansão. À escala nacional, em termos de escoamento temos o seguinte quadro: Norte Mato-Grossense: escoamento de soja em grãos e cargas consolidadas; Região Nordeste: passagem de cargas consolidadas; e Extremo Oeste Baiano: escoamento e exportação tanto de soja em grãos como cargas consolidadas.

Vale ressaltar a existência em MATOPIBA de óleo e gás, de recursos minerais como: sais de potássio, calcário e dolomito, fosfato e turfa cujos possuem possível aproveitamento na agricultura. Por sua vez, no tocante a este último domínio, vale salientar que são destaques na área: soja, bovinos (de corte), algodão herbáceo (em caroço), milho (em grão), arroz (em casca), leite de vaca. Por outro lado, a região, possui em sua extensão, também unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos de reforma agrária e quilombolas, as quais equivalem a uma área de total atribuída de 15.534.953, 38 hectares, ou seja, 19, 09% da área total desta região.

Em MATOPIBA os fundos de pensão revelam-se como grandes investidores e compradores de terras. Como exemplo, destaca-se, por exemplo, o Fundo de pensão proveniente dos EUA denominado TIAA-CREF² (Fundo de Pensão dos Professores Universitários dos Estados Unidos), o qual atua em escala global e mais recentemente avança sua inserção no Brasil, particularmente em MATOPIBA. Essa relação de investimento nesta região permite afirmar que essa articulação com o capital agroindustrial internacional com fundos de pensão demonstra uma espécie de “financeirização” da fronteira agrícola. Segundo

¹ Destacamos particularmente o PAC 1, lançado em 22/01/2007, e que teve como um dos objetivos o combate às desigualdades regionais.

² De acordo com a Associação dos auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais (2013, p. 1), “a TIAA (Teachers Insurance and Annuity Association of America), Associação de Seguros e Rendas Vitalícias de Professores Americanos, em português, foi fundada em 1918 para prover uma fonte de renda vitalícia aos professores americanos aposentados. Já o CREF (College Retirement Equities Fund), ou Fundo de Ações para a Aposentadoria de Professores Universitários, foi criado em 1952, como o primeiro provedor de rendas vitalícias variáveis. Os ativos administrados pela TIAA-CREF chegam a US\$ 487 bilhões e a instituição representa 15 mil instituições, tem 3,7 milhões de clientes assistidos e é um dos líderes na provisão de planos previdenciários e rendas vitalícias nos Estados Unidos”.

matéria divulgada pela Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição adequadas (FIAN Brasil, 2017) contraditoriamente a população vive situações precárias, sendo desassistidas pelo poder público e à mercê de inúmeras irregularidades.

Os estabelecimentos rurais, onde ocorre a produção da soja, requerem investimentos mais elevados de capital quando comparados às unidades produtivas da fruticultura; em função da relação entre investimento e mão-de-obra ocupada, os empregos diretos gerados pela cultura da soja têm custo mais alto. Existem empresas transnacionais desde a indústria de alimentos até a produção de inseticidas e defensivos entre elas estão a Monsanto, Cargill, Bunge, Syngenta, Bayer e Basf, e outras tantas que acaba impondo regras de produção que valorizam o modelo convencional de agricultura.

Em nossa análise de matérias e documentos é importante destacar, ainda, a realização na Bahia, por exemplo, no ano de 2016, da *Farm Show*. Este importante evento do agronegócio contou com o fórum “MATOPIBA: potencialidades e desafios”, e condensou autoridades políticas e representantes do agronegócio nacional e regional. O evento contou com o patrocínio de inúmeros bancos, como: Brasil, Caixa Econômica Federal, do Nordeste, Santander, entre outros, além do próprio governo estadual e federal. Destaca-se que o volume de negócios alcançou a marca de R\$1,891 bilhão, indicando o êxito econômico em relação a esse tipo de evento no Brasil (BAHIA FARM SHOW, 2018). Oliveira (1990) afirma que o Estado articulado às multinacionais, ao capital bancário/agroindustrial tem tomado posse de riquezas naturais de forma avassaladora. Como podemos constatar na análise de documentos e matérias, o agronegócio é movido por alianças que dão legitimidade e poder de barganha junto as diferentes esferas institucionais, políticas e econômicas, tanto nacionais como internacionais, por meio de uma rede que se condensa em torno da acumulação do capital.

Essa forma o poder dos latifundiários presentes historicamente no Brasil, que sendo legalmente constituída a partir de 1985, tem ganhado força no país representando os interesses das diferentes frações da classe dominante, especialmente relacionadas à famigerada União Democrática Ruralista (UDR). É nesse cenário que temos o nascedouro do que convencionou chamar de empresariado rural – presente, hoje, em MATOPIBA – que na realidade veio substituir a figura do latifundiário.

Eixo 2: MATOPIBA: conflitos e resistências das populações tradicionais frente ao agronegócio

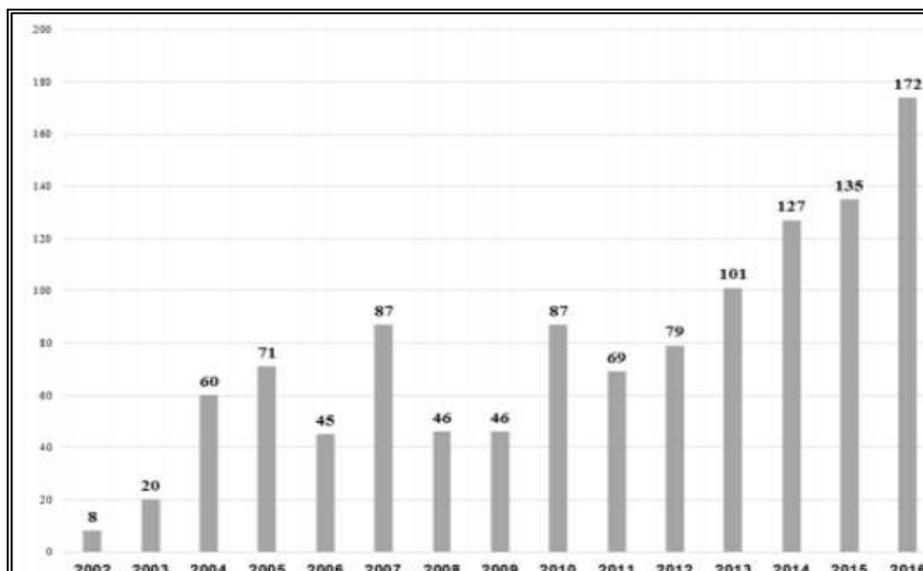
No modo de produção capitalista neoliberal a incorporação de novas terras não se dá de forma homogênea, tampouco respeitando os limites jurídicos (HARVEY, 2005). A “acumulação por despossessão”, segundo Harvey (2011), parte do ponto de vista das

transformações que o neoliberalismo impôs ao capitalismo. Nesse processo de acumulação, para o geógrafo, identifica-se o uso de mecanismos extra-econômicos para realização da acumulação: o roubo, a fraude e a violência. Por sua vez, o agronegócio usa recursos e estratégias distintas em cada lugar para melhor controlar a produção/acumulação. Na região de MATOPIBA, às contradições territoriais da expansão do agronegócio se configuram, hoje, como um laboratório de lutas, conflitos e disputas que envolvem as populações tradicionais e fazendeiros, seja pela disponibilidade de terras e de recursos naturais, seja pelos interesses de grupos multinacionais, com destaque para a atuação das corporações sino-americanas.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, em texto divulgado no relatório Conflitos no campo – Brasil 2017 – pela CPT, analisa que o Cerrado é a “principal área de expansão/invasão do agronegócio, detém 14,9% da população rural do país, mas registrou 24,1% do total das localidades envolvidas em conflitos, o que lhes dá um índice de 1.67%, ou seja, o número de conflitos é relativamente maior (67%) do que sua população”.

Segundo a CPT (2018), no ano de 2016 foram registrados 172 conflitos pela água no Brasil.³ Foram 27% a mais que no ano de 2015 – o maior número desde 2002, quando se iniciou o registro em separado dos conflitos pela água. Os números passaram de 28.058 mil famílias envolvidas em 69 conflitos, no ano de 2011, para 44.471 mil famílias em 172 conflitos, no ano de 2016. Só na região do MATOPIBA foram 35 conflitos. Conforme podemos verificar no gráfico 1, desde 2011 os conflitos pela água não param de crescer.

Gráfico 1: Brasil – número de conflitos pela água – 2002 a 2016



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2018.

³ Torres (2018, p. 1) demonstra as contradições ao afirmar que “em Correntina, na Bahia”, os conflitos pela água “são uma realidade há décadas. Enquanto a população sofre com a escassez, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) concedeu a uma fazenda o direito de usar 106 milhões de litros de água do Rio Arrojado por dia”

Caso emblemático no âmbito do agronegócio, MATOPIBA é uma fronteira agrícola permeada por conflitos. A ação de uma empresa intitulada Sudotex em Correntina, Oeste Baiano, vem despertando tensão e preocupação nos habitantes locais. A empresa requisitou a permissão de nada menos que 17 poços junto ao Aquífero Urucuia, sendo autorizada a captação de 58 milhões de litros por dia. Não obstante esta ação agressora sobre o meio ambiente obteve ação contestatória frente a tal medida a Associação Ambientalista Corrente Verde, cuja entrou com ação civil pública tendo em vista a suspensão da captação e consequente anulação das outorgas. Isto é especialmente intrigante se considerarmos que a ação em prol do agronegócio desperta a possibilidade da multiplicação de eventos como esse em outras áreas de expansão agropecuária de MATOPIBA (MATHIAS, 2018).

Com um pouco mais de 30 mil habitantes, no município de Correntina, no Oeste baiano, a exploração dos recursos híbridos gerou uma verdadeira guerra pela água. Com a chegada dos fazendeiros vindos da região Sul do país na década de 1970, que se intensificou no final dos anos 1990 com o investimento do capital estrangeiro – japoneses, chineses e americanos, entre outros, desencadeou o uso privado das águas. “As terras de Correntina foram ocupadas há mais de 300 anos e neste período nenhum rio havia secado. A partir da década de 1970, o agronegócio chegou na região e aí que iniciaram, de fato, os conflitos na região”. E “mais fortemente, nos últimos 20 anos, a partir da chegada do agronegócio internacional, vários rios começaram a desaparecer” (CRUZ, 2018, p. 1).

A privatização de rio Arrojado levou a população local de um município riquíssimo em recursos hídricos, no Oeste baiano, a passar sede. As águas foram tomadas pelos ruralistas e vetadas às comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, com seus espaços coletivos onde os rebanhos são criados soltos. “Como o vale [do rio Arrojado] em si era muito rico em pastagem, os animais eram quem determinava os territórios, andavam de fora a fora”. E “com a chegada deste povo do Sul do país e até de outros países também, começou a apossar desta terra trazendo documentos forjados, escrituras montadas e com capangas, pistolagem, certa quantia de balas para amedrontar o povo. Aquilo que era livre, um território sem cerca, começou a se limitar”, diz Jamilton Santos Magalhães, da Associação de Fundo e Fecho de Pasto de Correntina (CRUZ, 2018, p. 2).

Bonfim e Vicente (2017, p. 15) afirmam que “a expropriação de águas e de terras, que alia violência e institucionalidade, e se baseia numa lógica extrativa, colonialista e racista de saqueamento e desconstituição social de territórios, é um dos motores centrais da acumulação capitalista”. É do interesse do capital a subordinação da terra aos imperativos mercadológicos capitalistas e a necessidade de sua “expansão territorial” (HARVEY, 2005) se

dá na forma geográfica de fronteiras agrícolas em que predomina o desmatamento, a especulação e a violência física e epistêmica contra o Outro (as populações tradicionais).⁴

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016) os conflitos por terra cresceram em MATOPIBA, particularmente no estado de Tocantins, onde alcançou 313% entre 2015 e 2016, saltando de 24 para 99 os casos constatados. De um modo geral, no Brasil, segundo a CPT, em 2016 houve o aumento das tensões em diferentes aspectos, seja em disputadas pelas terras e águas, dos assassinatos e/ou pessoas envolvidas nos conflitos no campo. Com relação aos conflitos no campo, em geral houve o registro de 1538 conflitos em 2016, dos quais, como já dissemos, pelo menos 172 estiveram relacionados especificamente a água. Ainda, conforme a CPT (2017) - Comissão Pastoral da Terra, em Relatório dos Conflitos no Campo – Brasil 2017 –, no tocante aos conflitos pela água ocorreram até o primeiro semestre deste ano, 197 conflitos, que compreenderam 35.418 famílias no país. Não obstante, salta aos olhos o montante de ocorrências na Bahia, vice-campeã de casos, com a existência de 56 conflitos.

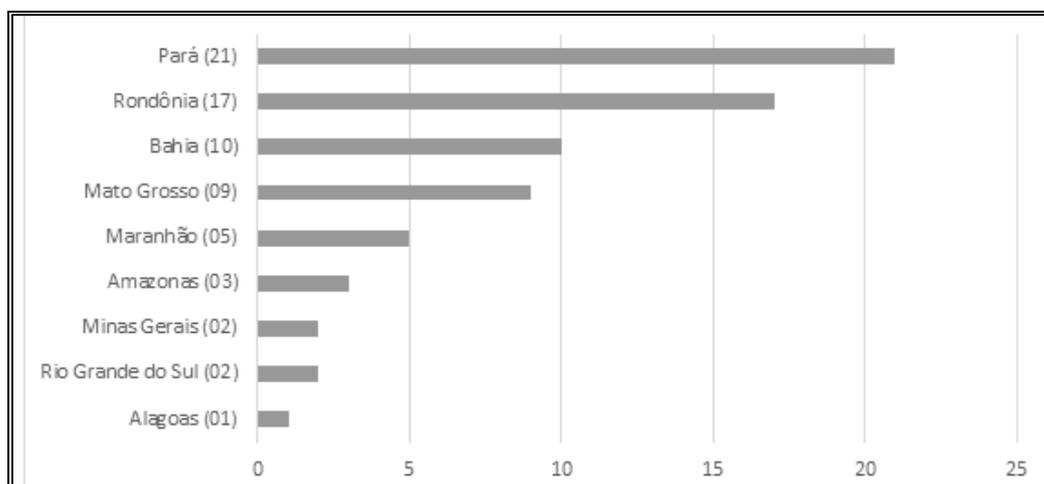
Essa situação atinge sumariamente os camponeses, povos indígenas, quilombolas, geraizeiros(as), fundos e fechos de pasto, pescadores(as), quebradeiras de coco, dentre outros, e evidencia a necessidade de repensar os limites da ação deste projeto destrutivo e impactante a sociedade local e sobretudo as populações locais. Daí a ocorrência de movimentos de luta e resistência que contestam esse crescimento econômico em curso em MATOPIBA. Conforme nota pública veiculada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018), movimentos sociais de defesa do Cerrado demonstram preocupação com o aumento da violência, bem como das violações aos direitos humanos no Piauí, estado onde ocorre a implementação do PDA/MATOPIBA. Segundo a Articulação dos Povos Impactados pelo MATOPIBA e também pela Campanha Nacional em defesa do Cerrado, desde 2017 a população de municípios piauienses que vem recebendo grandes investimentos como Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena e Bom Jesus, tem sofrido com a ação truculenta de grupos armados (CPT, 2018).

A CPT registra os dados de conflitos no campo de modo sistemático desde o ano de 1985. Entre os anos de 1985 a 2017, a CPT registrou 1.438 casos de conflitos no campo em que ocorreram assassinatos, com 1.904 vítimas. Nesses 32 anos, a região Norte contabiliza 658 casos com 970 vítimas. O Pará é o estado que lidera no país, com 466 casos e 702 vítimas. Maranhão vem em segundo lugar com 168 vítimas em 157 casos. E o estado de Rondônia em terceiro, com 147 pessoas assassinadas em 102 casos. Segundo a CPT (2018),

⁴ Não podemos negligenciar o fato de termos uma formação sócioespacial latino-americana marcada pela monocultura agroexportadora (latifúndio), a escravidão (indígena e negra), e oligarquias (AZEVEDO, 2008; SAUER; CASTRO, 2017). Soma-se a esse processo, hoje, a desterritorialização dos trabalhadores/camponeses e de populações tradicionais, indígenas, quilombolas, cerradeiros, ribeirinhos, por exemplo, que lutam pela terra e/ou retorno aos seus territórios originários.

os assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, de indígenas, quilombolas, posseiros, pescadores, assentados, entre outros, tiveram um crescimento elevado a partir de 2015. Dos estados que fazem parte do MATOPIBA, em 2017 aconteceram 10 assassinatos na Bahia, seguido de 5 no Maranhão (gráfico 2).

Gráfico 2: Brasil – ranking de assassinatos no campo em 2017



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2018.

Outro movimento de luta e resistência e contra o poderio e investida do agronegócio sobre MATOPIBA teve um desfecho positivo aos Camponeses em 2018. Trata-se de medida tomada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) frente aos gigantes do agronegócio, Cargill, Bunge, e outras 76 pessoas e/ou empresas vinculadas às práticas ilícitas envolvendo áreas embargadas em MATOPIBA, utilizadas para plantar, financiar e/ou comercializar soja nesta região que se configura, também, hoje, como dissemos, por intensos conflitos e confrontos no Brasil. Neste caso, o IBAMA atuou em parceria com o Ministério Público Federal e a multa alcançou a cifra de 105,7 milhões (NOGUEIRA, 2018).

Entretanto, observa-se que as disparidades continuam e o processo de expansão do agronegócio não beneficia o amplo leque dos seguimentos sociais locais, e muito menos, atende à necessidade das populações tradicionais. Embora tenha o projeto o objetivo de promover o desenvolvimento regional, verificamos que a expansão do agronegócio está comprometida com a produção de um espaço hegemônico, forjado pelos fazendeiros, grupos multinacionais e fundos pensão, em situações e áreas privilegiadas, o que relega e/ou expulsa as populações tradicionais de seus territórios.

Esse posicionamento defendido do desenvolvimento regional está presente também, conforme analisamos, nos documentos estatais, sobretudo pela estreita ligação entre ligação deste com os agentes investidores. Como verificamos em matéria veiculada pelo próprio

Ministério da Agricultura, quando da apresentação do Plano Diretor de MATOPIBA (2016), podemos observar como MATOPIBA é projetada geopoliticamente como “a mais nova fronteira agrícola de desenvolvimento do país”, “com desdobramentos diretos na economia regional”, e exerce função de atração de “investidores nacionais e internacionais que já se movimentam em sua direção”:

(...) a materialização de decisão governamental arrojada delimitando, na prática, geopoliticamente, a mais nova fronteira agrícola de desenvolvimento do país, com desdobramentos diretos na economia regional, em função da atração que exerce em investidores nacionais e internacionais que já se movimentam em sua direção. Situação expandida com a abertura dos mercados europeu, asiático e norte-americano para a produção nacional, aí incluída do MATOPIBA, a partir de barreiras comerciais derrubadas pela ação determinada da Presidente da República (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2016, p. 1).

Por outro lado, nessa expansão contraditória, identificamos o movimento de resistência em defesa do Cerrado, por exemplo, na Carta Aberta lançada em 2016, intitulada, Campanha Nacional em Defesa do Cerrado⁵, que evidencia nos seguintes termos a indignação frente ao avanço do agronegócio em MATOPIBA:

Cresce a pressão sobre as terras tradicionalmente ocupadas gerando um intenso processo de grilagem e processo de especulação fundiária aumentando os conflitos de terra. Entre 2005 a 2014, do total de 11.338 localidades onde ocorreram conflitos no campo brasileiro, 39% aconteceram no Cerrado. Nos últimos 10 anos os estados do Tocantins, Maranhão e Bahia figuram entre os estados que forneceram o maior contingente de trabalhadores libertos e onde ocorreu a maior incidência do trabalho escravo rural no Brasil. Os depoimentos e denúncias das lideranças camponesas mostraram um processo sistemático de violação de direitos humanos com a desterritorialização de comunidades, desaparecimentos dos mananciais, poluição das fontes de água pelo uso abusivo de agrotóxicos nos monocultivos, degradação e poluição do solo, extinção de árvores e frutos nativos importantes na cultura alimentar da região – como pequi, buriti, bacuri e bacaba -, agravando o quadro de insegurança alimentar das comunidades (CARTA ABERTA - CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO, 2016, p. 1-2).

Nessa expansão contraditória, cresce a pressão sobre as terras ocupadas pelos povos tradicionais (onde se localizam recursos naturais, objeto de interesses das empresas e grupos multinacionais), o que tem gerado um intenso processo de grilagem e especulação fundiária e aumentando os conflitos pela terra e água. Além disso, verifica-se em MATOPIBA

⁵ Participam da Campanha em Defesa do Cerrado: Associação União das Aldeias Apinajés/PEMPXÀ – ActionAid Brasil – CNBB/Pastorais Sociais – Agência 10envolvimento – APA/TO – ANQ - AATR/BA – ABRA – APIB – CPT – CONTAG – CIMI – CUT/GO – CPP – Cáritas Brasileira – CEBI – CESE – CEDAC – Coletivo de Fundos e Fechos de Pasto do Oeste da Bahia – Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do DF – CONAQ – FASE – FBSSAN – FETAET - FETAEMA – CONTRAF-BRASIL/FETRAF – Gwatá/UEG – IBRACE – ISPN – MJD – MIQCB – MPP – MMC – MPA – MST – MAB - MOPIC – SPM – Rede Cerrado– Redessan – Rede Social de Direitos Humanos – Rede de Agroecologia do Maranhão – TIJUPA – Via Campesina – FIAN Brasil.

a incidência do trabalho escravo rural no Brasil e o processo sistemático de violação de direitos humanos. Esse avanço do agronegócio também tem gerado destruição dos recursos naturais, conforme denunciado pela Carta, pelo desaparecimento dos mananciais, com a poluição das fontes de água pelo uso abusivo de agrotóxicos nos monocultivos, a degradação e poluição do solo, e a extinção de árvores e frutos nativos do Cerrado.

Conforme demonstra o documento Diálogos Brasil – Japão (2016) existe uma conversação entre os países para realização de intercâmbio econômico e comercial no que tange à agricultura e produção de grãos no MATOPIBA. De fato, verificamos que o referido evento ocorrido em 29 de fevereiro de 2016, teve como protagonistas políticos representantes da bancada ruralista e intimamente vinculados aos interesses políticos e econômicos de latifundiários na região. Conforme verificamos na análise dos documentos e matérias, hoje a agenda “ambiental” do agronegócio ocorre pelo *lobby* da bancada ruralista que perpassa a mudança do código florestal, a liberação de transgênicos e a redefinição dos agrotóxicos. Esses interesses e articulação entre políticos, grupos e empresas multinacionais evidenciam as contradições deste processo.

É justamente nessa porção do país, no Brasil profundo, que encontramos historicamente episódios de desrespeito ao trabalho, aos trabalhadores, em um processo crescente de caso de situações que envolvem a exploração do trabalho, condições análogas à escravidão, entre outras. Não é de estranhar que em um momento em que a elite política e econômica toma a dianteira do país na contramão dos direitos sociais e civis, que seja destituída, por exemplo, importante mecanismo de coerção ao trabalho escravo no Brasil. Fazemos referência ao fato ocorrido em 13 de outubro de 2017 que, por meio da Portaria número 1.129, definiu que “Flagrante de trabalho escravo só poderá acontecer doravante se – e unicamente se – houver constatação do impedimento de ir e vir imposto ao trabalhador, em ambiente de coação, ameaça, violência” (CPT, 2017, p. 1). Com essa portaria fica muito mais difícil caracterizar o que é ilegal na relação de exploração do trabalho no Brasil contemporâneo.

Considerações finais

Reiteramos nesta pesquisa a necessidade de questionar o agronegócio e o propalado desenvolvimento regional aferido pelo Estado e grandes corporações sino-americanas, aliado ao pretense progresso econômico atribuído a este modelo. Assim, podemos afirmar que o discurso e a prática do agronegócio encontram em MATOPIBA as condições ambientais e sociais para a expansão territorial do capital em sua fase neoliberal; para a implantação de ações concatenadas entre Estado/fazendeiros/capital internacional/nacional; e, produz franjas políticas-econômicas que legitimam e ampliam as

áreas de “des-envolvimento” em verdadeiros nichos de mercado que visam abastecer os mercados globais – com destaque para o chinês –, articulado às lógicas de produção de multinacionais e que, mais recentemente, passaram a adquirir terras como ativo financeiro, até os fundos de pensão europeus e norte-americanos que investem e vigoram no mercado global de terras.

Do outro lado, populações tradicionais com seus modos de vida enraizados no Cerrado, resistem contra o modelo de exploração adotado, seja contra o domínio da terra (a desterritorialização de seus territórios de vida), seja em defesa dos recursos, em que se destaca a água, haja vista os abusos das águas dos rios na forma arrasadora do uso nas modernas fazendas do agronegócio da região que tem como prática lavouras irrigadas. Essas populações lutam contra os assassinatos, à violência, a apropriação privada de seus recursos, como a terra e água, da desterritorialização/precarização/expulsão de seus territórios tradicionais, bem como das violações aos direitos humanos, como das ocorrências de trabalho escravo. É por meio de resistências organizadas e coletivas que populações tradicionais combatem a modernização predatória implantada e procuram construir alternativas frente ao modelo hegemônico de produção. Reconstruir territórios autônomos e de usufruto da natureza tornou-se, hoje, o horizonte de luta destas populações como maneira de r-existir enquanto modo de vida ligado à tradicionalidade de ocupação do campo.

Referências

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; MIRANDA, E. E. de. **Nota técnica 10** - Renda e pobreza rural na região do MATOPIBA. Campinas, SP Dezembro, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MINAS GERAIS. TIAA-CREF: experiência internacional bem sucedida em previdência complementar. 2013. Disponível em <http://www.anfipmg.org.br/index.php/informacoes/noticias/item/212-tiaa-cref-experi%C3%Aancia-internacional-bem-sucedida-em-previd%C3%Aancia-complementar> – acesso em 14 out. 2018.

AZEVEDO, J. R. N. **As ações do agrohidronegócio, o papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul.** Presidente Prudente, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

AZEVEDO, J. R. N. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul.** Dourados/MS: UFGD, 2008. (Mestrado em Geografia).

AZEVEDO, J. R. N. O *merchandising* do Agrohidronegócio: programas e eventos em torno da agroindústria canavieira. **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 4, n.8, 2. Semestre de 2013. p.35-45.

AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JR., A. A aliança entre Estado e capital na agroindústria canavieira sul-mato-grossense In. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, 2010. p.1-10.

Bahia Farm Show. 2018. Disponível em: <http://bahiafarmshow.com.br/a-feira/> - Acesso em: 11/07/2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

BARROS JÚNIOR, O. A. de. A financeirização da terra: novas disputas para o campo brasileiro. In: **Geografia das redes de mobilização social na América Latina (SINGA)**. Curitiba/PR, 2017. p.01-13

BASSI, B. S. **Do Chaco ao Matopiba, imobiliárias transnacionais avançam na ‘República da Soja’**. 2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/07/12/do-chaco-ao-MATOPIBA-imobiliarias-transnacionais-avancam-na-republica-da-soja/> - Acesso em: 12/07/2018

BONFIM, J. S.; VICENTE, J. S. Territorialização do agronegócio e apropriação das águas no Cerradobaiano. In: **Geografia das redes de mobilização social na América Latina (SINGA)**. Curitiba/PR, 2017. p.01-18

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Dinâmica da economia e da agropecuária no MATOPIBA**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para discussão).

CARTA ABERTA. **Campanha Nacional em Defesa do Cerrado**. Brasília, 18 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1990489881_29112016122819.pdf - acesso em: 13/05/2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos por terra crescem mais de 300% em estado da região do MATOPIBA. **CPT**, 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/58-dados-2016/14057-conflitos-por-terra-crescem-mais-de-300-em-estado-da-regiao-do-matopiba-cpt-assessoria-de-comunicacao?Itemid=0>. Acesso em: 11 jul.2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil 2017**. Goiânia: CPT, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Nota Pública: Nova portaria do ministro do trabalho “acaba” com trabalho escravo. **CPT**, publicado em 16 out. 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/4068-nota-publica-nova-portaria-do-ministro-do-trabalho-acaba-com-trabalho-escravo> - acesso em: 17 jun. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Nota Pública: No Cerrado Piauiense, comunidades sofrem violências e perdem seus territórios. **CPT**, 2018. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4254-nota-publica-no-cerrado-piauiense-comunidades-sofrem-violencias-e-perdem-seus-territorios> - acesso em 23 jul. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003. **CPT**, publicado em: 16 abr. 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003> – acesso em 12/07/2018.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v. 237, p.128-146. 2012a.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. (Org.).

Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p. 303-318.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo: Sentidos, opções e âmbitos. Descolonizar o imaginário. DILGER, G.; LANG, M. & PEREIRA FILHO, J. (Org). **Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p 174-212.

CRESSWELL, T. **Geographic thought: a critical introduction.** Malden, MA: Wiley Blackwell, 2013.

CRUZ, F. Correntina: a guerra da água chega ao Brasil. **Outras Palavras**, publicado em 13 abr. 2018. Disponível: em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outrasmidias/correntina-as-guerras-da-agua-chegam-ao-brasil/> - acesso 13 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação do seu comitê gestor. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm> Acesso em: 15 out. 2017.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.2, p.153-167, 2011.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.. ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia brasileira I.** São Paulo: Annablume, 2006, p. 221-238.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades sócio-espaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, p. 25-39, 2007.

EMBRAPA. Sobre o Matopiba. Disponível em <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema> - acesso em 16/10/2017.

FAO. Agronegócio foi responsável por quase 70% do desmatamento na América Latina. **FAO.** 2016. Disponível em <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/425810/>> Acesso em: 16 out. 2017.

FAO. **Perspectivas Agrícolas 2015-2024.** 2015. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i4761o.pdf> - Acesso em: 17 out. 2017.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).** 2009. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac> - acesso: Acesso em:12 jul. 2018.

FIAN Brasil. Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. **Caravana Matopiba:** fundos de pensão internacional são maiores investidores na região, 2017. Disponível em: <<http://fianbrasil.org.br/caravana-matopiba-solicitou-as-autoridades-brasileiras-agir-e-advertiu-investidores/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

FILHO, A. M. dos S.; FILHO, J. N. V. R. A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães – BA. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 9 n.2, p. 01-15, 2008.

HAESBAERT, R. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade.** Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **A produção do espaço capitalista.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

LIFSCHITZ, J. A. **Comunidades tradicionais e neocomunidades.** Rio de Janeiro: Conta Capa, 2011.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** Hucitec: São Paulo, 1997.

MATHIAS, M. **Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital.** Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital> - Acesso em: 12 jul. 2018.

MENDONÇA, S. R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Diálogo Brasil-Japão intercâmbio econômico e comercial em agricultura e alimentos MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).** 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/japoneses-vaio-investir-em-agricultura-no-matopiba/1.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Brasil lança plano agropecuário para região de MATOPIBA.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/05/brasil-lanca-plano-agropecuario-para-regiao-do-matopiba>> Acesso em: 16 out. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/APRESENTACAOPAP.pdf>> Acesso: 16 out. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Projeção do agronegócio – Brasil 2016/2017 a 2026/2027.** Brasília, julho de 2017. Disponível em http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estatistico/Proj_Agronegocio_2017_2027_cafe.pdf - acesso em 25 out. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Salve o Matopiba.** 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/salve-o-matopiba>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONDARDO, M. A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras-BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais. **Revista NERA**, n. 17, ano 13, p. 112-130, 2010.

MONDARDO, M. Da dinâmica migratória sulista à expansão do agronegócio: novas territorializações no Oeste Baiano. MONDARDO, M. (Org.) **Espaços agrários e meio ambiente: Bahia, Bahias.** Rio de Janeiro: Editora Ponto da Cultura, 2011.

MONDARDO, M. Territórios precários: desequilíbrios entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social no Oeste da Bahia. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.7, n.15, p.85-101, mai./ago. de 2013.

MONDARDO, M. **Territórios de trânsito: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NOGUEIRA, D. Ibama multa multinacionais do agronegócio por comprar soja de plantio ilegal. **Jornal O Globo**, publicado em 21 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/ibama-multa-multinacionais-do-agronegocio-por-comprar-soja-de-plantio-ilegal-22707131>. Acesso em: 11 set. 2018.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Agrária**, n. 12, p. 03-113, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1990.

POULANTZAS, N. **Estado, poder e socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

RUFO, T. F. **Modernização agrícola no sudoeste Piauiense: impactos na rede urbana regional, no meio ambiente e nas comunidades**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2013. p.127

SANTOS, C. A. P. dos; SANO, E. E.; SANTOS, P. S. Fronteira agrícola e a dinâmica de uso e ocupação dos solos no oeste da Bahia. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.12, n.28, jan./abr. de 2018. p. 17-32.

SANTOS, C. D. dos. Difusão do agronegócio e as desigualdades socioespaciais no Oeste baiano (Bahia, Brasil). In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL)**: La Paz, Bolívia, 2017. p. 01-20.

SANTOS, M. O retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 15-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e Sociedade no início do século XXI**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAUER, S.; CASTRO, L. F. P. de. Lutas pela terra no Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. **Abya Yala – Revista sobre Acesso à Justiça e direitos nas Américas**. Brasília, 2ª edição, 2017. p.209-231.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. A. Ap. de (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SOUZA, G. V. A. de; LEPERA, L. P. G. O controle corporativo da terra e a especulação fundiária no MATOPIBA. In: **Geografia das redes de mobilização social na América Latina (SINGA)**. Curitiba/PR, 2017. p.01-19.

TORRES, R. **Água para quem?** 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/agua-para-quem/> - acesso em 15/10/2018.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

Sobre os autores

Marcos Leandro Mondardo – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-8862-8801?lang=pt>

José Roberto Nunes de Azevedo – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-8540-9240?lang=en>

Como citar este artigo

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em dupla. O autor **Marcos Leandro Mondardo** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise; o segundo autor **José Roberto Nunes de Azevedo**, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise, pelos procedimentos técnicos e tradução dos resumos.

Recebido para publicação em 20 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 14 de janeiro de 2019.
Aceito para a publicação em 02 de fevereiro de 2019.
